UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CAMPUS VARGINHA

GABRIEL CALORI BERTOLDO

**ANÁLISE FÍLMICA DE *AINDA ESTOU AQUI* SEGUNDO A TEORIA
DEMOCRÁTICA DE CHANTAL MOUFFE**

VARGINHA - MG

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CAMPUS VARGINHA

GABRIEL CALORI BERTOLDO

**ANÁLISE FÍLMICA DE *AINDA ESTOU AQUI* SEGUNDO A TEORIA
DEMOCRÁTICA DE CHANTAL MOUFFE**

Trabalho apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia.

Orientadora: Paula Gontijo Martins

VARGINHA - MG

2025

GABRIEL CALORI BERTOLDO

**ANÁLISE FÍLMICA DE *AINDA ESTOU AQUI* SEGUNDO A TEORIA
DEMOCRÁTICA DE CHANTAL MOUFFE**

A banca examinadora abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do PIEPEX (TCP) apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em:

Prof^o. Dimitri Augusto da Cunha Toledo

Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^o. Santiane Arias Ribeiro

Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Paula Gontijo Martins

Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação micropolíticas de conflito - e ausência dos mesmos - no período da ditadura militar, tendo como objeto de estudo o filme *Ainda Estou Aqui* (2024), relacionando os aspectos da ditadura militar brasileira, representados no longa-metragem, à teoria democrática agonística da cientista política Chantal Mouffe. A partir do filme, busca-se compreender a importância do conflito no campo democrático e como ele está enraizado no que a autora define como "o político". Utilizando conceitos como antagonismo, agonismo, político e política, o artigo propõe entender como o regime militar tentou implantar um domínio racional universal através do medo, da repressão e do silenciamento. Assim, observa-se que a ditadura forçou a exclusão de seus adversários políticos através de desaparecimentos forçados, ameaças, censura e violência cotidiana, apagando a dimensão do conflito e da pluralidade de identidades presentes em uma sociedade democrática.

Palavras-Chaves: Democracia; ditadura; conflito; político; política; Chantal Mouffe.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. SOBRE “O POLÍTICO” E “A POLÍTICA”	7
2.1. A PROBLEMÁTICA DA HEGEMONIA	9
2.2. A DEMOCRACIA PARA MOUFFE	9
2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO: DITADURA MILITAR NO BRASIL	11
3. METODOLOGIA	12
4. SOBRE O FILME “AINDA ESTOU AQUI”	13
4.1. FICHA TÉCNICA	15
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO	15
6. CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS	19

1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar instaurada no Brasil, após o golpe em 1964, marcou profundamente a história e a sociedade brasileira. O período que se estendeu até 1985 foi marcado por silenciamentos, opressão, censuras, torturas, medo e desaparecimentos forçados de pessoas que fossem contra a ordem política do Estado. Para além de um regime autoritário, a ditadura buscou eliminar outros pensamentos políticos, onde existiria apenas uma razão política - o que sustenta a ideia de segurança nacional, progresso e combate ao "inimigo interno" (VASCONCELOS, 2019). Nesse contexto, o pluralismo político foi quase que eliminado por meio da repressão cotidiana do exército.

Dentro dessa perspectiva, o cinema surge como um forte instrumento de memória e análise (DAVSON, 2017). O filme *Ainda Estou Aqui* (2024) revive os impactos causados pelos atos opressores do regime militar. A história gira em torno da família Paiva, principalmente de Eunice Paiva e seus filhos após o desaparecimento forçado de seu marido Rubens Paiva. A obra, ganhadora do Oscar como melhor filme internacional de 2025, retrata os eventos, os silenciamentos e a resistência à ditadura militar no Brasil na década de 1970.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as relações micropolíticas de conflito no período do regime militar brasileiro - por meio do filme *Ainda Estou Aqui* (2024) - sobre a ótica da teoria democrática de Chantal Mouffe, que defende que o conflito é essencial para a existência de uma democracia e rebate a ideia de um consenso absoluto (MOUFFE, 2015). A autora irá propor a construção de uma "democracia agonística", que busca transformar o "antagonismo" - que muitas vezes é o modo como o político lida com o conflito - em "agonismo", através de normas, práticas e instituições articuladas no campo da "política" (MOUFFE, 2007). Ainda, o trabalho irá analisar um período não democrático sobre a perspectiva de uma teoria democrática, justamente para confrontar o que Mouffe articula em seus livros.

Dessa forma, é possível compreender a narrativa do filme. Por meio de Eunice Paiva, pode-se observar a resistência da personagem frente a um governo autoritário que busca silenciar e apagar o conflito político da sociedade, onde é visto com o desaparecimento forçado de Rubens Paiva. Assim, o objetivo do regime militar era consolidar apenas um modo de orientação política através do medo, da

repressão e da eliminação de qualquer outra forma de oposição que ameaçasse a ordem hegemônica construída pelo regime. Nessa perspectiva, a ditadura vai justamente contra a democracia agonística que Mouffe (2015) propõe: a negação de outras identidades políticas e a busca pela eliminação do inimigo apaga os conflitos e a pluralidade dentro de uma democracia, excluindo as demais possibilidades de convivência.

Isso posto, o trabalho está estruturado em seis partes. O primeiro e segundo capítulo são a introdução e o referencial teórico, que explicita o objetivo do trabalho e apresenta a teoria democrática de Chantal Mouffe e a contextualização sobre o período ditatorial brasileiro, respectivamente. Já a terceira parte fala sobre a metodologia, que debate os métodos utilizados para a construção do trabalho. O quarto capítulo introduz o filme ao trabalho. Na quinta sessão é feita a análise do filme, puxando aspectos da ditadura e relacionando com a teoria de Mouffe. Por fim, na sexta e última parte se encontra a conclusão deste artigo.

2. SOBRE “O POLÍTICO” E “A POLÍTICA”

Chantal Mouffe é uma cientista política belga contemporânea, defensora da democracia agonística pluralista e crítica do modelo hegemônico liberal democrático. Escreveu o livro “Sobre o Político” (2015) que será utilizado como base para o desenvolvimento deste trabalho.

Para entender o que é a democracia agonística, faz-se necessário entender duas distinções que a autora desenvolve: a diferença entre “político” e “política”. Para isso, Mouffe formula suas ideias utilizando pensamentos de autores como Carl Schmitt, Ulrich Beck, Anthony Giddens e Jurgen Habermas.

Primeiro, por “Política” a autora entende como o conjunto de práticas, instituições e mecanismos mediando uma ordem, promovendo a coexistência humana numa conjuntura conflituosa resultada pelo político (MOUFFE, 2015). Ou seja, a política tem como função administrar os conflitos gerados pela pluralidade de identidades presentes na sociedade, sem suprimir a essência do conflito em si, como algumas teorias liberais defendem (MOUFFE, 2007).

Assim, a autora entende “O Político” em seu nível ontológico, caracterizado pela dimensão do conflito inerente do ser humano e constitutivo das relações sociais

(MOUFFE, 2015). Isso se deve pela pluralidade de culturas, identidades, crenças, interesses e diversos outros fatores que torna cada indivíduo único, com visões e ideais diferentes uns dos outros.

Dessa forma, Mouffe (2007) defende que o conflito do político não pode ser erradicado do campo democrático e que a política serve para trazer uma ordem ao espaço de conflitos. Contudo, ela explica que, na grande maioria das vezes, a forma do político de lidar com o conflito é antagônica (MOUFFE, 2015). Em outras palavras, o político, sujeito a uma situação de conflito, encara o diferente como inimigo mortal, excluindo-o sem dar a oportunidade de um debate legítimo seguindo os valores democráticos.

Para explicar melhor essa característica do político, que é um dos pilares que sustenta sua teoria, Mouffe refere Schmitt e sua conceituação de um nós/eles. Ela diz:

No campo das identidades coletivas, estamos sempre lidando com a criação de um “nós” que só pode existir pela demarcação de um “eles”. Isso não quer dizer, naturalmente, que tal relação seja necessariamente uma relação amigo/inimigo, ou seja, uma relação antagonística. Mas devemos reconhecer que, em determinadas situações, existe sempre a possibilidade de que essa relação nós/eles possa se tornar antagonística, isto é, que ela possa se tornar uma relação amigo/inimigo (MOUFFE, p.14-15, 2015).

Em outras palavras, o antagonismo do político representa a indispensabilidade do conflito, das disputas e das diferenças inconciliáveis entre os grupos sociais (MOUFFE, 2007). E isso ocorre pelo fato do indivíduo e do coletivo possuírem identidades, interesses e perspectivas diversas (MOUFFE, 2015), como dito anteriormente. Assim, em muitos casos, o grupo sente sua identidade ameaçada pelo outro, o que gera essa relação de inimizade e disputa.

Por outro lado, Mouffe trás uma solução para essas inimizades. Ela diz que é preciso uma nova forma de lidar com o conflito. Uma transformação para o qual a relação nós/eles deixe de ser uma relação de amigo/inimigo e passe a ser reconhecida como um disputa de “adversários legítimos” - ou seja, lidar com o conflito de forma agonística (MOUFFE, 2015). Em outras palavras, o agonismo é a relação nós/eles onde os adversários, por mais que estejam em conflito, concorrem dentro de uma mesma comunidade política, seguindo e aceitando um mesmo conjunto de regras que ordenam o jogo democrático. Assim, mesmo que entendam

que possuem ideias e concepções distintas e que será difícil chegar a um consenso, ainda há respeito, legitimidade e espaço para o diálogo (MOUFFE, 2015).

2.1. A PROBLEMÁTICA DA HEGEMONIA

Para compreender melhor o político, Mouffe debate e enfatiza a questão sobre sociedades hegemônicas.

A cientista política explica que toda ordem política hegemônica gera exclusão (MOUFFE, 2015). De maneira mais aprofundada, para compreender o conflito inerente do político, primeiro é preciso aceitar que não existe uma ordem social absoluta, perfeita e sem conflitos e reconhecer “a dimensão de irredutibilidade que permeia toda a ordem” (MOUFFE, 2015, p. 16). Ou seja, não existe “consenso total” em nenhuma ordem política. Tudo está constantemente passando por mudanças e disputas. E sempre existem elementos que não podem ser totalmente encaixados ou resolvidos (MOUFFE, 2007). Isso implica dizer que não tem como um regime representar completamente todos os sujeitos e que sempre há outras possibilidades que foram reprimidas e que podem ser retomadas.

Dessa forma, é possível concluir que em toda ordem política há alguma forma de exclusão - outros pensamentos e possibilidades que foram contidos - e que toda ordem hegemônica pode ser desafiada por condutas que vão contra os hábitos da hegemonia, assim como aponta Mouffe (2015, p. 17) “[...] práticas que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia”.

2.2. A DEMOCRACIA PARA MOUFFE

Considerando o que foi exposto até aqui, Mouffe reconhece que não é possível eliminar o conflito do campo do político, pois a existência de diferentes grupos sociais, ideais, identidades, interesses e culturas — ou seja, a ideia de uma sociedade plural — implica, inevitavelmente, a presença de disputas, debates e conflitos entre os cidadãos (MOUFFE, 2015). Dessa forma, a autora indica que uma sociedade democrática deve aceitar o pluralismo.

Assim, a ordem política não deve buscar o consenso absoluto, mas sim a aceitação da diversidade de valores, interesses e identidades como algo positivo, permitindo que diferentes valores conflitem dentro da política (MOUFFE, 2015). Para a autora,

no entanto, esses conflitos devem ser travados sem violência: não se trata de enxergar o diferente como inimigo absoluto, mas como adversário legítimo, digno de debate. Assim, ela propõe que o antagonismo seja transformado em agonismo.

Mouffe acredita que o agonismo serve para criar uma sociedade plural, garantindo a permanência da dinâmica democrática, desestabilizando o poder hegemônico. Dessa maneira, dentro dos limites do agonismo, é possível impedir que o poder se centralize de forma autoritária, preservando a abertura do campo político (MOUFFE, 2015).

Contudo, a autora reconhece que o pluralismo democrático tem seus limites. Ela aceita que deve haver diversidade, mas ressalta que não podem ser toleradas ideias que questionem os princípios básicos da democracia. Fica clara essa concepção quando afirma:

"[...] Mas o pluralismo legal não pode se tornar a regra sem pôr em risco a continuidade da associação política democrática. Uma sociedade democrática exige que seus cidadãos se submetam a um conjunto de princípios ético-políticos comuns, geralmente explicitados numa Constituição e expressos numa estrutura legal, e ela não pode permitir a coexistência de princípios de legitimidade conflitantes em seu meio." (MOUFFE, 2015, p. 122)

Além disso, a pesquisadora critica a ideia liberal de um consenso racional universal, argumentando que tal pensamento ignora as diferenças reais da sociedade e acaba por marginalizar vozes distintas da hegemonia (MOUFFE, 2015). Isso pode favorecer a reprodução de exclusões que ameacem a própria democracia.

Nesse sentido, não é errado que diferentes identidades coletivas busquem a predominância de seus ideais. Porém, isso deve ocorrer dentro de um regime de regras democráticas, que assegure a legitimidade dos debates no interior do jogo democrático — esse é o sentido da política para Mouffe.

Além disso, assim como Mouffe (2015) diz, toda sociedade terá alguma forma de hegemonia. Contudo, as hegemonias democráticas devem ser sempre abertas à contestação e à transformação. Desse modo, é fundamental entender que as demais identidades coletivas não devem ser esquecidas nem erradicadas, mas respeitadas como parte essencial da dinâmica democrática.

Portanto, a democracia para Chantal Mouffe é reconhecer o conflito inerradicável do político, visto que ele é a base para entender que existe pluralidade dentro da sociedade. Assim, através da política - conjunto de práticas, regras e instituições que possibilitam o debate - transformar a forma antagônica de tratar o conflito em agonismo, garantindo debates justos e legítimos. Dessa forma, o pluralismo permanece para que a ordem social não se torne um consenso racional absoluto forçado.

2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO: DITADURA MILITAR NO BRASIL

Antes de iniciar a análise do filme, é importante ter um conhecimento mínimo sobre os principais ideais defendidos pelo regime militar brasileiro e as estratégias utilizadas para implementar suas ideologias entre os anos de 1964 e 1985. Neste caso, não se pretende discutir as causas que antecederam o golpe, mas sim destacar algumas de suas características mais marcantes.

O período da ditadura no Brasil foi uma época atravessada por intensos conflitos políticos, muitos deles violentos, sistêmicos e sem qualquer possibilidade para o diálogo (MARTINS, 2014). O golpe de 1964 teve início após o presidente João Goulart ser destituído e sucedido por Humberto Castelo Branco, um dos líderes da tomada do poder. Depois da rebelião, o controle político pelos militares, com um regime autoritário, se estendeu por 21 anos. Seguido da posse dos militares, o país passou a viver sob a lógica da repressão e do medo, em que, com a suspensão de direitos básicos e civis, houve o fechamento do Congresso Nacional, a censura da imprensa e a perseguição direta a qualquer grupo que fosse considerado uma ameaça à “ordem nacional” (VASCONCELOS, 2019).

Durante esse período, o governo militar, por meio da narrativa de “segurança nacional” — sustentada pelo combate ao comunismo e à “subversão” —, passou a tratar toda forma de oposição política como inimiga do Estado (VASCONCELOS, 2019). Deputados, governadores, estudantes, artistas e cidadãos comuns foram presos, torturados, mortos ou tiveram seus desaparecimentos forçados pelo exército (KOPANYSHYN, 2014). Através da lógica de eliminação do outro, que ultrapassava os campos político e jurídico, o silenciamento também afetou a arte, a cultura, a educação e os espaços públicos.

Como parte do esforço para estabelecer um consenso ideológico, o regime reformulou o sistema educacional. Disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) foram introduzidas para moldar a visão de mundo dos estudantes, reforçando os valores defendidos pelo governo militar (MARTINS, 2014). Ao mesmo tempo, conteúdos ligados ao pensamento crítico, à sociologia, à filosofia e à política foram sendo retirados das escolas.

Portanto, além de ser um momento de censura e autoritarismo, a ditadura representou um projeto de poder voltado à exclusão da diferença. Seu objetivo era eliminar a pluralidade de vozes da sociedade e consolidar uma visão única, imposta pelo medo, pela violência e pelo silenciamento. É nesse contexto que se insere a análise do filme *Ainda Estou Aqui*, que retrata, de forma sensível e simbólica, os efeitos dessa repressão no cotidiano de uma família brasileira, à luz da teoria democrática de Chantal Mouffe.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho se baseia na pesquisa qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica e da análise fílmica do filme *Ainda Estou Aqui* (2024). Mas por que optar por uma pesquisa qualitativa e por uma análise fílmica? Para responder a essa pergunta, é necessário antes compreender o que é pesquisa qualitativa e como se insere a análise fílmica nesse campo.

A pesquisa qualitativa, diferente da quantitativa, não utiliza de grandes quantificações de fenômenos, nem tenta criar generalizações. Ela se baseia na compreensão de contextos complexos de dinâmicas sociais, culturais e subjetivas em que se encontra o objeto de estudo. José Luiz Neves (1996, p. 01) sintetiza bem essa perspectiva ao afirmar que a pesquisa qualitativa visa "a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo".

Por isso a escolha do modelo qualitativo. Este trabalho exige uma interpretação complexa na relação entre o ponto de vista de Chantal Mouffe sobre as relações sociais a partir das definições de "Político" e "Política" e a ditadura militar no Brasil, retratada no filme "Ainda Estou Aqui" (2024). Em outras palavras, é necessário

analisar o contexto histórico social de forma complexa, aprofundada e única para se chegar a um resultado.

Já a escolha pela análise filmica se deu pelo dinamismo que as obras cinematográficas trazem sobre os contextos históricos. Esse tipo de análise se sujeita a ser mais versátil, visto que o cinema proporciona ao observador uma sensação maior de espaço e visualização, puxando-o para dentro do contexto do filme, de modo que se torna possível extrair maiores informações com as imagens, textos e com os personagens (LEITE et al, 2012).

Os filmes têm a capacidade de reviver momentos e contexto históricos de forma mais dinâmica, interativa e emocionante, organizando ideias e reflexões (PATRIOTA, RAMOS, 2007; AVELINO, FLÓRIO, 2013). Dessa forma, foram escolhidas cenas que mais se relacionavam com a teoria de Mouffe, apresentando “o político”, “a política” e o conceito de “antagonismo”.

Além disso, para Mouffe, as práticas artísticas como filmes, quadros, músicas, dentre outros, também têm um grande poder político. Em seu livro “*Prácticas artísticas y democracia agonística*”, 2007, há uma entrevista feita por Rosalyn Deutsche, Branden W. Joseph e Thomas Keenan, onde a autora explora a importância das práticas artísticas no campo político, evidenciando sua relevância na dimensão do político, sendo visualizadas como “práticas discursivas agonísticas”, e como forma de contestação de hegemonias (CAVALCANTI, 2016). Além disso, não se pode distinguir entre arte política e arte não política, já que elas “ou contribuem para a reprodução do senso comum vigente [...] ou contribuem para sua desconstrução ou crítica” (MOUFFE, 2007, p. 26).

4. SOBRE O FILME “AINDA ESTOU AQUI”

O filme *Ainda Estou Aqui*, lançado nos cinemas em 2024, dirigido por Walter Salles, conta a história da família Paiva em meio ao contexto do golpe militar no Brasil em 1964. No centro da trama está Eunice Paiva (Fernanda Torres), esposa de Rubens Paiva (Selton Mello), ex-deputado federal e seus cinco filhos.

A família Paiva morava na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, próximo a praia, onde passavam grande parte do tempo de lazer. Era uma família de classe média, acolhedora com os amigos e nada faltava a eles. Porém, em meio a uma ditadura,

as ruas começaram a ficar cheias de militares armados, e a tensão entre as pessoas começou a aumentar. Bastava uma atitude ou fala que parecesse contra o governo para alguém ser tratado como ameaça.

Certo dia, enquanto os filhos não estavam em casa, Rubens e Eunice foram surpreendidos com a visita de militares à paisana. Durante esse período, os contatos com os militares despertavam preocupações e tensões. Nessa visita, as autoridades mandaram Rubens vestir uma roupa formal e acompanhá-los para um interrogatório em um local não informado. Rubens obedeceu e alguns dos militares permaneceram na casa com Eunice por dias, mas o tempo passou e o ex-deputado não voltou.

A partir disso, a dona de casa começa a passar por complicações. As contas precisavam ser pagas e os filhos precisavam ser criados, mas todo o financeiro estava na conta bancária do marido, que não podia ser acessada pela mulher sem a presença dele, o que deixou Eunice sem opção a não ser despedir a empregada e trocar algumas poucas moedas estrangeiras que tinha em casa por cruzeiros (moeda utilizada como meio de troca nos anos de 1970).

Pouco depois, Eunice e uma de suas filhas, Eliana, também são levadas para serem interrogadas. Todo o processo do interrogatório, desde a ida ao local até a liberação, lembram aspectos de um sequestro. Mãe e filha são levadas a um presídio, encapuzadas e sem quaisquer direitos e logo são separadas. Neste local, são obrigadas a responderem perguntas sobre envolvimento em grupos comunistas - movimento este contrário às propostas do governo da época. Se passam semanas e Eunice é liberada a voltar para casa, mas sem o marido. Sua filha já havia sido liberada há algum tempo.

Nessa altura, a mãe da família, já muito preocupada e prevendo o que podia ter acontecido, não ficou parada esperando o marido voltar. Ela foi atrás de respostas para saber o paradeiro e a situação em que seu companheiro estava.

Nessa busca pela verdade, Eunice descobre que Rubens ajudava, em segredo, pessoas que buscavam o autoexílio para fugir da repressão do governo. De forma mais detalhada, Rubens tinha um grupo de amigos que era contra as ideologias do governo e ajudava pessoas a escapar das mãos das autoridades e a se

comunicarem em segredo umas com as outras. Nem mesmo Eunice sabia disso e essa pode ter sido uma das causas que levou o governo a “sequestrar” Rubens.

Pouco tempo depois, a dona de casa recebe uma visita de um colega que estava ajudando na busca. Esse amigo veio com a notícia de que Rubens tinha sido executado.

A partir dessa notícia, Eunice resolve mudar de vida e se muda, com seus filhos, para São Paulo, onde começa uma nova vida.

4.1. FICHA TÉCNICA

Título: Ainda Estou Aqui

Ano: 2024

Diretor: Walter Salles

Duração: 136 minutos

Gênero: Biografia, Drama, História, Nacional

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para realizar a análise foram escolhidas duas cenas que mais tem relações com os conceitos da teoria de Mouffe, debatidos até aqui, e que mais passam tensão ao espectador. Elas funcionam como ganchos que possibilitam a discussão teórica deste estudo.

Quadro 1: minutagem das cena-chaves analisadas do filme

Minutagem	Descrição
Cena 1 32:00 - 35:45	A casa dos Paiva é invadida por policiais à paisana que forçam Rubens a segui-los para um local desconhecido para ser interrogado.
Cena 2	Eunice e Eliana são levadas para

43:40 - 51:07	interrogatório no quartel, onde Eunice é oprimida e obrigada a responder perguntas por vários dias.
---------------	---

Na cena 1, para contextualizar melhor, a casa da família Paiva já vinha sendo vigiada em segredo pelo Exército. Rubens recebia ligações todos os dias de pessoas tentando entrar em contato com foragidos do regime — muitas vezes, parentes próximos — e ele fazia a ponte entre elas, entregando cartas e recados.

Quando os agentes invadem a casa, obrigam o ex-deputado a acompanhá-los até um local não informado, para um interrogatório cujo motivo também não foi explicado. Assim, Rubens não teve chance de questionar, discutir ou. Apesar disso, ele se troca e os acompanha. Depois ele nunca mais retorna.

Essa situação representa o que ficou conhecido como “desaparecimento forçado”, uma tática usada pelo regime militar para eliminar sujeitos considerados ameaças - principalmente aqueles que tinham algum envolvimento com a esquerda política - sem deixar rastros ou fornecer explicações (ENDO, 2016). Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, p. 503), "em muitos casos, inclusive, os familiares foram ameaçados por agentes do Estado para não procurarem mais informações" , o que mostra o esforço do governo em apagar a existência política da vítima e silenciar qualquer tentativa de contestação.

Esse episódio mostra o que Chantal Mouffe chama de ausência do político. Para ela, o político diz respeito à dimensão do conflito, o que significa reconhecer que sempre existirá posições políticas opostas ou divergentes dentro da sociedade (MOUFFE, 2015). No caso de Rubens, não há espaço para esse conflito aparecer de forma legítima. Ele não é tratado como adversário político, mas como inimigo a ser eliminado pelo governo. Assim, a ordem é imposta pelo medo.

Dessa forma, aqui se tem um forte exemplo de antagonismo entre o Estado autoritário e Rubens. Como a autora escreve: "a política democrática deve transformar antagonismos em agonismos, onde os adversários reconhecem a legitimidade do outro dentro de um mesmo espaço político" (MOUFFE, 2007, p. 19). No entanto, o que é mostrado nesta cena, nada mais é do que o oposto da teoria

que Mouffe defende, visto que o conflito é completamente eliminado no momento em que Rubens é levado e nunca mais é visto.

No trecho da cena 2, Eunice e sua filha Eliana são levadas para interrogatório, assim como Rubens. Mas diferente da cena em que o pai foi conduzido, aqui é mostrado a opressão e as ameaças. Bem como aconteceu da primeira vez - sem direito a questionamentos ou qualquer diálogo - mãe e filha também são privadas de exercerem a função de conflito do sujeito.

No caminho para o local do interrogatório, um dos policiais as mandam colocar um capuz preto, cobrindo todo o rosto, de modo que o destino permanecesse desconhecido.

Ao chegarem no quartel, as duas são separadas e interrogadas. Assim começa uma das partes mais tensas do filme.

No interrogatório, fica evidente a tentativa do regime militar de silenciar Eunice por meio de ameaças e da negação do direito de ela se posicionar. Para Vasconcelos (2019) o Estado busca, nessa época, eliminar qualquer forma de oposição, procurando apagar a pluralidade de ideias por meio do medo, da censura e do silenciamento.

Durante a cena, o interrogador insiste em associar o comunismo ao terrorismo, como se qualquer posicionamento político contrário ao regime fosse uma ameaça à ordem. Porém, para Chantal Mouffe, nenhuma hegemonia é definitiva, por mais que tente parecer. Toda ordem política é resultado de disputas e sempre haverá grupos excluídos que resistirão à implementação das práticas da supremacia (MOUFFE, 2007). Como escreve a autora: "Como a dimensão do 'político' está sempre presente, nunca pode haver uma hegemonia completa, absoluta e não excludente." (MOUFFE, 2007, p. 26).

Outrossim, ao longo dos vários dias em que Eunice permanece presa no quartel, ela é mantida sem qualquer direito básico — sem acesso à higiene pessoal, sem alimentação adequada e constantemente ameaçada. Os agentes diziam - de forma indireta - que, caso ela não colaborasse com as perguntas, ela e sua família sofreriam as consequências. Isso elimina a dimensão do político e reprime os pensamentos e o pluralismo da sociedade.

Além da privação de seus direitos e das ameaças, era possível ouvir barulhos de tortura vindo de outras salas, pressionando Eunice cada vez mais. Neste contexto, Eunice era pressionada a responder perguntas e identificar nomes e fotos de pessoas que poderiam estar ligadas a grupos comunistas ou envolvidos em ações consideradas revolucionárias pelo regime.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho destinou-se a analisar e relacionar a teoria democrática agonística de Chantal Mouffe sobre as relações micropolíticas - com foco nos conflitos - no contexto do regime militar brasileiro, através do filme *Ainda Estou Aqui* (2024), utilizado como objeto de estudo. Por meio das experiências retratadas no longa metragem, foi possível refletir sobre como o conflito está enraizado no conceito de “político” para Mouffe (2015). Porém, muitas vezes, a manifestação desses conflitos ocorrem de forma antagônica (MOUFFE, 2015), como aconteceu no período do regime militar demonstrado no filme.

A tentativa de eliminar ou silenciar qualquer outra visão política, que não fosse a adotada pelo governo da época, acabava por apagar o conflito do campo político, por meio de repressão, desaparecimentos forçados, ameaças e censuras - tal como o desaparecimento de Rubens Paiva, a prisão de Eunice Paiva e o silenciamento da família.

Assim, como retratado na cena da prisão de Eunice, o regime militar tenta estabelecer um único pensamento político dentro da sociedade, ameaçando a prisioneira e sua família, oprimindo suas ideias e sua identidade. Porém, mesmo quando Mouffe diz que “toda ordem é política e se baseia em alguma forma de exclusão” (MOUFFE, 2015, p. 17), uma hegemonia não consegue apagar por completo um grupo político. Sempre existirá outras perspectivas que foram contidas e podem se reerguer a qualquer momento.

Portanto, a pesquisadora política propõe o “agonismo” como uma nova forma de lidar com o conflito sem eliminar o inimigo e sem oprimir suas concepções, respeitando e aceitando o diferente como um adversário legítimo dentro do campo democrático (MOUFFE, 2007). Esse reconhecimento só é possível através da

“política”, entendida como o conjunto de práticas, normas e instituições que garantem legitimidade aos adversários e espaço para o conflito.

Em resumo, o filme *Ainda Estou Aqui* cumpre o papel de reviver assuntos que muitas vezes são esquecidos ou ignorados, permitindo que a memória histórica se mantenha viva e que o debate político não seja apagado. Nesse sentido, a teoria de Mouffe contribui para compreender as formas de exclusão e silenciamento político impostas pela ditadura, e como essas práticas se opõem aos princípios de uma democracia plural.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Dirce Maria Lobo; FLÓRIO, Giseli Barreto. **O cinema como fonte histórica e como representação social**. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, v. 7, n. 13, p. 162–176, jan./jun. 2013.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. *Relatório final*. Volume I. Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/midias/filePdf.asp?arquivo=/comissoes/cdhm/documento/s/RelatorioComissaoNacionalVerdade-Volume1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CAVALCANTI, Raíza. **Diálogos entre Chantal Mouffe e Pierre Bourdieu: uma proposta de análise sociológica da ação dos trabalhos artísticos no interior do campo da arte a partir do conceito de agenciamentos artísticos**. *Revista Brasileira de Sociologia*, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 117–146, 2016. DOI: 10.20336/rbs.167. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/230>. Acesso em: 15 mar. 2025.

DA SILVA DAVSON, Felipe Pereira. **O cinema como fonte histórica e como representação social: alguns apontamentos**. *História Unicap*, Recife, v. 4, n. 8, p. 263–273, 2017.

ENDO, Paulo Cesar. **Sonhar o desaparecimento forçado de pessoas: impossibilidade de presença e perenidade de ausência como efeito do legado da ditadura civil-militar no Brasil**. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 27, p. 8–15, 2016.

KOPANYSHYN, Emanuelle. **A política brasileira no regime militar: memória, redenção e literatura sobre os anos 1964–1985**. *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, Recife, v. 1, n. 1, p. 71–84, jan./jul. 2014.

LEITE, Nildes Pitombo et al. **Projetos educacionais e estudos observacionais em análise fílmica: qual o atual status de produção no Brasil?** *Revista de Gestão e Projetos – GeP*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 215–250, set./dez. 2012.

MARTINS, Maria do Carmo. **Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 51, p. 37–50, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NWNTXg8S3DrWqwsmbZnRmXM/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MOUFFE, Chantal. **Práticas artísticas y democracia agonística**. Tradução de Jordi Palou e Carlos Manzano. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona; Servei de

Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2007.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução: Fernando Santos. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NEVES, José Luiz. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 103–113, 2º sem. 1996.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. *Travessias*, Cascavel, v. 2, n. 3, p. 1–12, 2008. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3031>. Acesso em: 28 mar. 2025.

RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela. **Linguagens artísticas (cinema e teatro) e o ensino de história: caminhos de investigação**. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 4, p. 1-19, out./dez. 2007. Disponível em: <https://l1nq.com/mMORR>. Acesso em: 2 maio 2025.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luiz; BRAGA JÚNIOR, Sérgio Silva. **Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições**. *Revista de Gestão e Secretariado – GeSec*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1–18, jan./abr. 2014.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964–1968)**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 321–349, set. 2019. Universidade do Estado de Santa Catarina. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180311282019365>. Acesso em: 6 abr. 2025.